

A TRANSPARÊNCIA DO ALMOXARIFADO COMO MEIO DE CONTROLE SOCIAL: ANÁLISE DOS ALMOXARIFADOS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DA REGIÃO DA AMFRI

Warehouse Transparency as tool of Social Control: an Analysis of the Warehouses at the City Councils in the Amfri Region

Tasso Jardel Vilande

Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI, SC). Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (UNIVALI, SC). Especialista em Licitações e Contratos Públicos Municipais (UNIPÚBLICA, PR). Especialista em Processo Legislativo Municipal (UNIPÚBLICA, PR). Especialista em Contabilidade Pública Municipal (UNIPÚBLICA, PR). Graduação em Direito pela (UNIVALI, SC). Professor de Direito Constitucional e Administrativo no Curso de Graduação de Direito da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE, SC, Brasil). Controlador Interno efetivo na Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras (CVBP). Atuou como jurídico na Procuradoria do Legislativo Municipal e do Executivo Municipal. Tem experiência na Administração Pública, com ênfase em Direito Municipal.

Eduardo Hobold

Especialista em Gestão Pública (FAMART, MG). Especialista em Administração Pública, (FAMART, MG). Graduação em Tecnologia em Fabricação Mecânica (IFSC, SC). Técnico Administrativo efetivo na Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras (CVBP) (SC, Brasil). Tem experiência na Administração Pública, na área de licitação e contratos e almoxarifado.

Resumo

A transparência no setor público é crucial para fortalecer a democracia e promover a prestação de contas. Este estudo investiga a transparência do sistema de almoxarifado do poder legislativo nos municípios da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). A metodologia envolveu a análise individual das informações dos almoxarifados de cada município, utilizando os Portais de Transparência das respectivas Câmaras Municipais. Embora algumas Câmaras Municipais tenham demonstrado alta transparência, outras apresentaram limitações significativas na divulgação de dados. Os resultados destacam a necessidade de melhorias na divulgação de informações relacionadas aos gastos e movimentações dos almoxarifados municipais. Essas descobertas ressaltam a importância da transparência para fortalecer o controle social e aprimorar a gestão pública local. Pesquisas futuras podem explorar as razões por trás das disparidades na transparência de dados entre as diferentes Câmaras Municipais e sugerir estratégias para promover uma maior acessibilidade às informações. Em suma, este estudo contribui para o entendimento do cenário atual de transparência nas Câmaras Municipais da Região da Foz do Rio Itajaí.

Palavras-chave: Transparência. Almoxarifado. Poder Legislativo Municipal. Controle Social.

Abstract

In the public sector, transparency is essential not only to strengthen democracy, but also to promote accountability. This study investigates the transparency of the warehouses system in the municipal legislative power at the Municipalities Association from Foz do Rio Itajaí Region (AMFRI). The methodology observed the individual analysis of information from the warehouses of each municipality, using the city councils transparency portals. Although some municipal councils demonstrated a high level of transparency, some of them presented considerable limitations in making data available. The results show the need of improvements in the dissemination of information related to the expenses and movements in the municipal warehouses. These results point to the importance of transparency to reinforce the social control and to reach improvements for the local public management. Future researches could explore the reasons for the disparities in data transparency among the different City Councils, suggesting strategies to expand access to information. In summary, this study contributes to the understanding of the current scenario of transparency in the Municipal Councils of the Foz do Rio Itajaí Region.

Keywords: Transparency. Warehouses. City Councils. Social Control.

Sumário:

1. Introdução; 2. Transparência no setor público; 3. Almoxarifado; 4. Análise dos Portais de Transparência; 5. Quadro de Análise; 6. Conclusão; Referências.

1. INTRODUÇÃO

A transparência no setor público é um pilar fundamental da democracia, permitindo a análise do setor público, promovendo a prestação de contas e fortalecendo a confiança nas instituições governamentais. Em particular, a transparência no gerenciamento dos almoxarifados municipais desempenha um papel crucial na garantia da eficiência e integridade dos serviços públicos. Este artigo propõe a analisar a transparência do sistema de almoxarifado do poder legislativo nos municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), investigando como a divulgação de informações sobre o fluxo de materiais e recursos nestes locais contribui para o controle social.

O objetivo geral deste estudo é analisar a transparência do sistema de almoxarifado do poder legislativo nos municípios da AMFRI, com foco em compreender e avaliar cada almoxarifado de forma descritiva e individual, esse estudo influencia o controle social e em demonstrar a sua relevância para a gestão pública local.

A necessidade de transparência nos processos de gestão pública é necessária pois, não apenas fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais, mas também promove o engajamento cívico e a participação ativa na tomada de decisões. No contexto específico dos almoxarifados municipais, a transparência desempenha um papel vital, pois permite que os cidadãos e os representantes eleitos acompanhem de perto a movimentação de recursos e materiais, identifiquem possíveis irregularidades e exerçam o controle social por maior eficiência e responsabilidade na administração pública.

Ao analisar a transparência dos almoxarifados municipais do poder legislativo nos municípios da AMFRI, este estudo busca contribuir para o debate sobre a importância da transparência como meio de fortalecer o controle social e aprimorar a gestão pública local.

2. TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

Com o passar dos anos, houve evolução significativa no reconhecimento do direito de acesso à informação pública. Antes de 1990, apenas 13 países tinham legislações nesse sentido, mas em 2009 esse número saltou para 70. Esse aumento substancial reflete uma mudança global na percepção da transparência como um elemento fundamental para

o fortalecimento das democracias modernas, mostrando que a busca por transparência vai além de uma tendência passageira. (Mendel, 2009).

De acordo com Slomski (2007) a transparência desempenha um papel vital na interação entre cidadão e gestor público, representando um contrato social implícito. De acordo com a teoria clássica da agência, o cidadão confia ao gestor público a responsabilidade de conduzir atividades de interesse público, ao mesmo tempo em que supervisiona sua execução. No entanto, essa relação frequentemente enfrenta conflitos que resultam em informações incompletas, marcadas por uma assimetria informacional. Esse fenômeno decorre de três premissas fundamentais: a diversidade de comportamentos possíveis do gestor público, o impacto das ações do gestor no bem-estar de ambas as partes envolvidas e a observação limitada das ações do gestor pelo cidadão, contribuindo para a existência dessa assimetria informacional.

Bairral, Silva e Alves (2015) destacaram a crescente importância da transparência na divulgação de informações públicas no Brasil, especialmente após a promulgação da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa legislação foi um marco importante que enfatizou a necessidade de transparência na gestão fiscal. Desde então, uma série de outras leis, como a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011, têm reforçado essa tendência, exigindo a divulgação ativa ou mediante solicitação de informações públicas. Essa ênfase na transparência e na divulgação aberta das ações do governo, é essencial para fortalecer o controle exercido pela sociedade e para promover a prática da democracia.

A disponibilidade de informações confiáveis é fundamental para incentivar a participação dos cidadãos e, conseqüentemente, para garantir a saúde do sistema democrático. (Vieira, 2012). Porém, conforme discutido por Silva e Bruni (2019), embora seja compreensível que os cidadãos devam ter acesso a informações de interesse público, as leis que garantem esse acesso são relativamente recentes em escala global. Essas leis estabelecem um novo padrão para a divulgação de informações, exigindo que os dados sejam disponibilizados em portais eletrônicos dos diferentes níveis de governo, sem barreiras técnicas e em uma linguagem acessível. Essas medidas têm impulsionado uma mudança significativa na dinâmica entre cidadãos e gestores públicos, promovendo uma cultura de transparência e participação cidadã. (Bairral, Silva e Alves, 2015).

Observa-se uma progressão no princípio administrativo da legalidade, destacando que a legitimidade pode assumir um papel mais significativo do que a simples observância das normas legais. A legitimidade transcende o mero cumprimento da legalidade, incorporando elementos éticos, morais e políticos, influenciada pela transparência, responsabilidade, equidade e eficácia das medidas governamentais. Enquanto a legalidade diz respeito ao cumprimento das leis e normas estabelecidas, a legitimidade refere-se à aceitação e reconhecimento social da autoridade e das ações do poder público, o que impacta na exigência de práticas ativas de transparência pública. (Carvalho, 2016).

Bairral, Silva e Alves (2015) abordam a lacuna de conhecimento sobre a divulgação de informações públicas no cenário acadêmico nacional. Eles ressaltam o interesse dos pesquisadores nesse tema e a oportunidade que as pesquisas científicas representam para contribuir com a realidade do setor público. Essa perspectiva destaca a importância de compreender melhor a transparência e seus impactos na governança pública, unindo o conhecimento linguístico sobre o conceito à necessidade de pesquisa e aprimoramento prático.

O estudo abrangente sobre transparência realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em 2022, conforme relatado pelo Radar da Transparência, é um exemplo concreto desse esforço. Esse estudo abrangeu cerca de 8.000 websites governamentais em todo o país, desde o nível federal até o municipal, demonstrando o compromisso contínuo com a promoção da transparência e do acesso à informação em todos os níveis de governo. Essa iniciativa reflete a importância crescente atribuída à transparência na gestão pública e reforça a necessidade de monitoramento e prestação de contas por parte dos gestores públicos.

3. ALMOXARIFADO

A origem da palavra “almoxarifado”, de origem árabe, remete à ideia de “depositar”. Essa terminologia sublinha a importância fundamental do gerenciamento e da organização dos materiais físicos. A instituição do almoxarifado surgiu como uma resposta à necessidade de estabelecer um depósito mais adequado para as empresas, onde os materiais seriam organizados de maneira apropriada. Nesse contexto, destaca-se que os materiais não seriam apenas acumulados de forma indiscriminada, mas sim geridos por mão de obra qualificada. (Moura, 2017).

A Instrução Normativa nº 205/1988 foi desenvolvida com o propósito de otimizar o uso de materiais no setor público e estabelecer diretrizes gerais para a gestão dos almoxarifados nesse contexto. É relevante destacar algumas orientações delineadas por essa Instrução Normativa, as quais podem contribuir significativamente para o alcance dos objetivos delineados neste estudo. Segundo essa normativa, algumas práticas incluem: evitar a aquisição excessiva de materiais; adotar um controle diferenciado para cada item de acordo com sua relevância para a organização; para itens considerados vitalmente importantes, é necessário observar um intervalo de reposição para evitar possíveis faltas e interrupções no estoque; e, por fim, priorizar o fornecimento dos materiais armazenados por mais tempo, seguindo o princípio do First In, First Out (FIFO), a fim de evitar o envelhecimento do estoque.

Os obstáculos enfrentados na gestão de materiais são predominantemente atribuídos a uma abordagem desarticulada, que não se alinha adequadamente com a demanda, e também às restrições legais que proíbem qualquer colaboração com fornecedores, impondo desafios adicionais à eficiência do processo. (Gui-sheng, 2010).

Paula (2011) salienta a significativa alocação de recursos financeiros destinados à aquisição de materiais e serviços em diversos órgãos da Administração Pública. Isso ressalta a necessidade premente de adotar métodos e procedimentos que se aproximem das práticas adotadas pela iniciativa privada, especialmente no que se refere à busca pela economia. Nessa mesma linha de pensamento, Vaz e Lotta (2011), corroboram essa

importância, destacando que uma logística de materiais eficaz, eficiente e efetiva é essencial para garantir que a organização possa adquirir produtos de consumo e materiais de expediente de maneira adequada. Isso envolve desde o processo de solicitação de compras até a entrega ao usuário final, culminando no registro no Portal da Transparência para fins de fiscalização.

De acordo com Fernandes (2014), o almoxarifado desempenha um papel singular e estratégico nas estruturas organizacionais do setor público. Ele é responsável por garantir o fornecimento contínuo de uma variedade de matérias-primas ou materiais aos diferentes setores públicos. A função primordial do almoxarifado é atender às necessidades desses setores, evitando a aquisição de produtos sem a devida motivação e justificativa.

Embora existam custos e riscos inerentes à manutenção de estoques, sua presença é vital para evitar a interrupção das operações, garantir a disponibilidade de materiais e serviços e proporcionar certa segurança em ambientes complexos e incertos. Portanto, é crucial que qualquer organização mantenha um equilíbrio adequado no nível de estoque, garantindo a satisfação dos clientes sem incorrer em custos excessivos. Nesse sentido, destaca-se a importância da implementação de políticas de controle de estoque eficazes, que devem ser revisadas regularmente e de forma criteriosa, visando manter os bens na quantidade, qualidade e momento apropriados. (Scheidegger, 2014).

Scheidegger (2014), destaca a necessidade de uma classificação abrangente dos produtos em estoque, uma vez que sua ampla diversidade demanda uma abordagem estruturada. Essa prática permite que os itens sejam agrupados com base em critérios específicos, simplificando o gerenciamento e facilitando a implementação de políticas de reposição mais eficientes para cada grupo, visando otimizar o nível de estoque existente.

A importância do tema está intrinsecamente ligada à crescente demanda por transparência e consistência na Administração Pública. Isso se deve à necessidade premente de conduzir uma gestão eficaz dos materiais, visando abordar possíveis questões adversas e deficiências na organização, ao mesmo tempo em que se busca compreender as reais necessidades do setor em relação aos processos de licitação e aquisição de itens. Além disso, destaca-se a essencialidade de manter um controle adequado e eficiente do estoque para fins de fiscalização no Portal da Transparência. (Marquesi, 2021).

O almoxarifado, conforme destacado por (Marquesi, 2021), é um espaço destinado ao armazenamento e preservação de materiais, podendo estar localizado tanto em ambientes cobertos quanto descobertos, de acordo com a natureza dos itens. Sua finalidade fundamental é proporcionar áreas específicas para cada item, aguardando sua utilização quando necessário.

A disposição interna, os equipamentos e a localização do almoxarifado são determinados pela política de estoque. A eficiência na gestão é um desafio constante para qualquer administrador, seja em organizações privadas, cooperativas, organizações não governamentais ou nos diferentes setores da administração pública. No caso específico da gestão de almoxarifado no setor público, é imprescindível observar rigorosamente as normas, regras e leis aplicáveis, garantindo o cumprimento das obrigações e exigências estabelecidas,

conduzindo essa gestão com responsabilidade e assegurando o atendimento às demandas requeridas. (Marquesi, 2021).

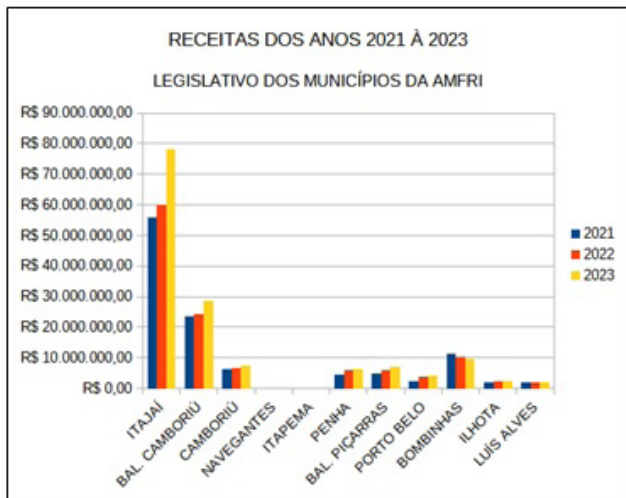
Marquesi (2021), destaca que a logística desempenha um papel de extrema relevância na administração das políticas públicas e suas cadeias de abastecimento, integrando e otimizando os esforços necessários. Para adquirir produtos de consumo e materiais de expediente de forma eficaz, é fundamental contar com uma logística de materiais bem estruturada, que abranja desde o pedido de compras até a entrega ao usuário final, incluindo o devido registro no Portal da Transparência para fins de fiscalização.

4. ANÁLISE DOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA

Esse artigo consiste na visualização e interpretação dos dados do poder legislativo da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), no que diz respeito às receitas e despesas das Câmaras e seus custos do almoxarifado. Cada município foi analisado individualmente, a fim de verificar a facilidade de obtenção de dados. Para a obtenção desses dados, foi pesquisado o Portal da Transparência de cada Câmara Municipal e Prefeituras no sítio eletrônico das cidades associadas a AMFRI.

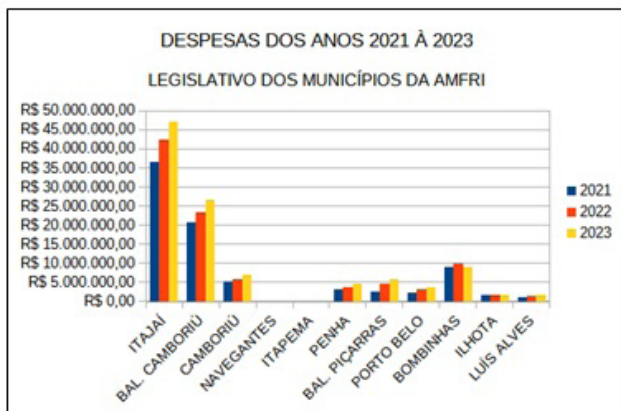
A princípio, a intenção era estabelecer um gráfico correlacionando os valores de despesas e receitas de cada Câmara Municipal com os valores totais dos produtos de entrada e saída dos almoxarifados correspondentes, mas devido à falta de dados na maioria das Câmaras Municipais isso não foi possível. Considerando isso, foi elaborado gráfico das receitas do Poder Legislativo dos Municípios associados à AMFRI, conforme figuras 1 e 2.

Figura 1 - Gráfico das receitas do Poder Legislativo dos Municípios associados à AMFRI.



Fonte: Elaborada pelos autores, (2024).

Figura 2 - Gráfico das receitas do poder legislativo dos Municípios associados à AMFRI.



Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

A Prefeitura e a Câmara de Itajaí dão acesso a portais distintos; no entanto, foi mais fácil obter dados sobre o almoxarifado da Câmara Municipal de Itajaí por meio do Portal da Prefeitura de Itajaí, uma vez que os portais estão integrados e é possível separar por entidade. Dentre os municípios, Itajaí foi o que apresentou a maior transparência de dados sobre o almoxarifado.

Figura 3 - Almoxarifado 2023 da Câmara de Itajaí; Portal da Transparência da Prefeitura de Itajaí.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Itajaí (2024).

A Tabela 1 mostra os valores de Entradas, Saídas e Saldos do almoxarifado do legislativo da Câmara de Itajaí:

Tabela 1 - Dados do almoxarifado de Itajaí.

ANO	2021	2022	2023
ENTRADAS	R\$ 114.764,68	R\$ 242.678,39	R\$ 252.332,28
SALDO ANTERIOR	R\$ 199.008,72	R\$ 162.375,17	R\$ 170.455,97
SALDO ATUAL	R\$ 162.375,17	R\$ 170.455,97	R\$ 204.335,26
SAÍDAS	R\$ 151.398,23	R\$ 234.597,60	R\$ 218.452,99

Fonte: Elaborado pelos autores, (2024).

Para a obtenção de dados do almoxarifado da Câmara de Balneário Camboriú, foi repetido o processo descrito acima. Embora o Portal da Transparência da Câmara e o da Prefeitura sejam separados, o Portal da Transparência da Prefeitura de Balneário Camboriú oferece mais dados sobre o almoxarifado, sendo necessário apenas filtrar por

entidade. O acesso às informações do almoxarifado da Câmara de Balneário Camboriú não foi dificultoso, mas o detalhamento não foi tão completo quanto no portal de transparência do município de Itajaí.

Figura 4 - Despesas do Almoxarifado de Balneário Camboriú.



	0,00	0,00	15.286,30	15.286,30	0,00	15.286,30
Auxílio Transporte	0,00	0,00	311.932,13	311.932,13	0,00	311.932,13
Diárias - Civil	0,00	0,00	2.030,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	1.966.236,30	1.307.113,21	224.119,08	1.102.963,33
Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	298.391,63	257.180,43	297,83	256.893,39
Material de Consumo	0,00	0,00				

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Balneário Camboriú. (2024).

Já o Portal da Transparência da Câmara Municipal de Camboriú também está integrado com o da Prefeitura de Camboriú, mas foram identificados apenas dados de receitas e despesas, não havendo informações sobre almoxarifado. A Figura 5 mostra a imagem do Portal da Transparência de Camboriú.

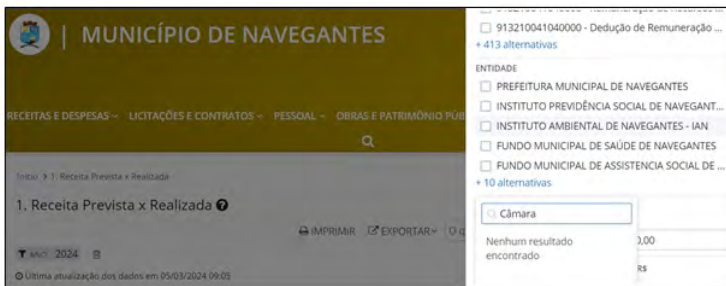
Figura 5 - Visão de suprimentos do Portal da Transparência da Prefeitura de Camboriú.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Camboriú. (2024).

Os Portais da Transparência de Navegantes e de Itapema dão acesso apenas aos dados das Prefeituras correspondentes, sem informações de repasses (receitas), despesas e movimentações referentes ao almoxarifado como mostra as figuras 6 e 7 abaixo.

Figura 6 - Visão das receitas e despesas do Portal da Transparência da Prefeitura de Navegantes.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Navegantes. (2024).

Figura 7 - Visão de receitas e despesas do Portal da Transparência de Itapema.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Itapema. (2024).

O Portal da Transparência da Câmara Municipal de Penha não oferece dados para almoxarifado, mas foi possível obter dados referentes à receita orçamentária e as despesas anuais da Câmara. A figura 8 mostra uma visão geral do Portal da Câmara Municipal de Penha.

Figura 8 - Visão do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Penha.



Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Penha. (2024).

O Portal da Transparência da Câmara Municipal de Balneário Piçarras oferece dados detalhados sobre saídas e entradas, porém seria interessante a adição de uma coluna para mostrar uma visão geral dos valores totais desses almoxarifados, possibilitando uma maior transparência. A figura 9 mostra uma visão mais detalhada do ícone de suprimentos na aba de almoxarifado, é possível visualizar o número da nota fiscal, produtos, quantidades e valores.

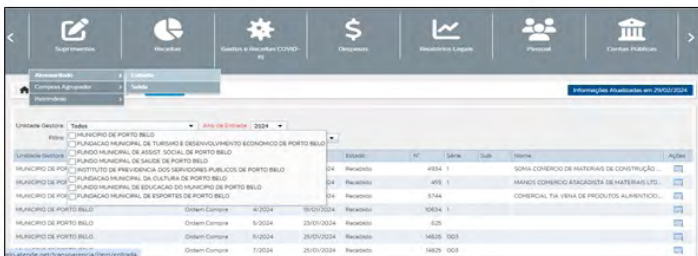
Figura 9 - Visão da aba de almoxarifado da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.



Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Balneário Piçarras. (2024).

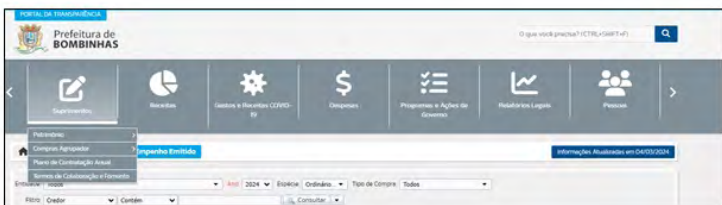
As Câmaras Municipais de Porto Belo, Bombinhas, Ilhota e Luiz Alves possuem o Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura correspondente, é possível retirar dados das Câmaras, no que tange às receitas e despesas, porém na aba de suprimentos não há a possibilidade de pesquisar dados referentes aos almoxarifados, conforme mostrado nas figuras 10, 11, 12 e 13 respectivamente.

Figura 10 - Visão de suprimentos do Portal da Transparência de Porto Belo.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Porto Belo. (2024).

Figura 11 - Visão da aba de suprimentos de Bombinhas.



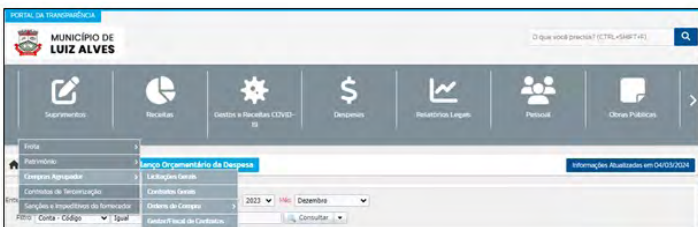
Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Bombinhas. (2024).

Figura 12 - Visão geral do Portal da Transparência de Ilhota.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Ilhota. (2024).

Figura 13 - Visão da aba de suprimentos do Portal da Transparência da Prefeitura de Luiz Alves.



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Luiz Alves. (2024).

5. QUADRO DE ANÁLISE

A partir da análise dos portais de Transparência, foi elaborado o Quadro 1 a fim de demonstrar os resultados obtidos, os quais subsidiarão as conclusões finais.

Quadro 1 - Resultados dos Portais das Transparência dos Municípios da AMFRI (Legislativo).

Municípios	Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura.	Apresenta dados sobre receitas e despesas totais.	Apresenta o valor total de saídas e entradas do almoxarifado.	Apresenta dados individuais de entradas e saídas dos almoxarifados.
Itajaí	Possui Portal da Transparência autônoma, porém a da Prefeitura correspondente possui dados da Câmara com mais facilidade de serem obtidos	É possível obter dados sobre receita e despesas totais.	É fácil e com clareza obter dados sobre saídas totais e entradas totais do almoxarifado.	É possível obter dados de cada item retirado ou que entrou no almoxarifado.
Bal. Camboriú	Possui Portal da Transparência autônoma, porém a da Prefeitura correspondente possui dados da Câmara com mais facilidade de serem obtidos	É possível obter dados sobre receita e despesas totais.	É fácil e com clareza obter dados sobre saídas totais e entradas totais do almoxarifado.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.
Camboriú	Possui Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura	É possível obter dados sobre receita e despesas totais	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.
Navegantes	Possui Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura	Não foi possível obter dados sobre repasses e despesas totais.	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.
Itapema	Possui Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura	Não foi possível obter dados sobre repasses e despesas totais.	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.
Penha	Possui Portal da Transparência, próprio, desvinculado da Prefeitura,	É possível obter dados sobre receita e despesas totais	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.

Bal. Piçarras	Possui Portal da Transparência, próprio, desvinculado da Prefeitura.	É possível obter dados sobre receita e despesas totais	É possível obter dados sobre saídas totais e entradas totais do almoxarifado, porém seria trabalhoso, já que a plataforma não oferece compilação de dados.	É possível obter dados de cada item retirado ou que entrou no almoxarifado, além da nota fiscal e ordem de compra relacionados.
Porto Belo	Possui Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura.	É possível obter dados sobre receita e despesas totais	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.
Bombinhas	Possui Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura	É possível obter dados sobre receita e despesas totais	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.
Ilhota	Possui Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura	É possível obter dados sobre receita e despesas totais	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.
Luis Alves	Possui Portal da Transparência em conjunto com a Prefeitura	É possível obter dados sobre receita e despesas totais	Não oferece dados sobre saídas e entradas de almoxarifados.	Não oferece dados específicos sobre itens de entrada e saídas.

Fonte: Elaborada pelos autores, (2024).

O Quadro 1 é exemplificativo e foi elaborado a partir da análise dos autores, portanto, apresenta suas limitações temporais e na facilidade de acesso às informações disponíveis. Além disso, devido à falta de dados, o gráfico não pôde ser completado, uma vez que teve Portais da Transparência que forneceram dados apenas dados da respectiva Prefeitura, sem incluir informações do Poder Legislativo.

5. CONCLUSÃO

Este estudo buscou analisar a transparência e disponibilidade de dados relacionados às receitas, despesas e movimentações dos almoxarifados das Câmaras Municipais pertencentes à Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Embora tenha sido possível acessar e coletar dados de algumas Câmaras Municipais, como a de Itajaí, Balneário Camboriú e Balneário Piçarras através dos Portais de Transparência disponíveis, outras apresentaram limitações significativas em relação à divulgação dessas informações.

Um dos principais achados deste estudo foi a disparidade na disponibilidade de dados entre as diferentes Câmaras Municipais. As Câmaras de Itajaí, Balneário Camboriú e Balneário Piçarras demonstraram um alto nível de transparência, facilitando o acesso aos dados do almoxarifado e permitindo uma análise mais abrangente. No entanto, outras Câmaras Municipais apresentaram informações limitadas ou até mesmo ausência de dados sobre o almoxarifado em seus Portais de Transparência.

Além disso, observou-se que a integração dos Portais da Transparência das Câmaras Municipais com os das Prefeituras nem sempre facilitou o acesso aos dados do almoxarifado. Observou-se também que alguns portais possuem certa individualidade, sendo que os dados foram possível de serem acessados através do Portal da Transparência da Prefeitura correspondente.

É importante ressaltar que a transparência e disponibilidade de dados são elementos essenciais para promover a prestação de contas e a fiscalização por parte da sociedade. Portanto, os resultados deste estudo destacam a necessidade de aprimoramento na divulgação de informações relacionadas às atividades das Câmaras Municipais, especialmente no que diz respeito aos gastos e movimentações dos almoxarifados.

Considerando que os Portais de Transparência estão sujeitos a constantes ajustes e modificações, a presente pesquisa apresenta limitações temporais e analíticas. Os dados apresentados neste artigo são os acessíveis aos pesquisadores naquele momento específico, devendo-se considerar uma eventual margem de erro.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar as razões por trás das disparidades na transparência de dados entre as diferentes Câmaras Municipais e explorar possíveis estratégias para promover uma maior divulgação e acessibilidade dessas informações. Outro fato importante a ser mencionado é que, na Matriz da Transparência da ATRICON, não há pontuação para transparência de dados de almoxarifado, critério que poderia ser incluído para incentivar a transparência dos órgãos públicos.

Em suma, este estudo visa contribuir para o entendimento do atual cenário de Transparência do Almoxarifado nas Câmaras Municipais da região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) e destacar a importância contínua de garantir a transparência pública no setor público.

REFERÊNCIAS

BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. **Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010**. Revista de Administração, v. 49, n. 3, p. 643-675, jun. 2015.

BRASIL, Ministério do Planejamento. **Informações Gerenciais de Contratações e Compras Públicas**. 2014. Disponível em: http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/Estatisticas/2013/01_A_12_INFORMATIVO_COMPRASNET_Dados_Gerais_2013.pdf. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL, PLANALTO. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL, RADAR DA TRANSPARÊNCIA. **O Levantamento Nacional de Transparência Pública**. 2024. Disponível em: <https://radardatransparencia.atricon.org.br/radar-da-transparencia-publica.html#relatorio>. Acesso em: 3 mar. 2024.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

FERNANDES, José Carlos de F. **Administração de Material – Um enfoque sistêmico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 2014.

GOMES, Wilson; AMORIM, Paula Karini Dias Ferreira; ALMADA, Maria Paula. **Novos desafios para a ideia de transparência pública**. E-COMPÓS, v. 21, n. 2, p. 1-21, 4 de abril de 2018.

GUI-SHENG, Cheng. On the supply chain management of public hospital materials. In: **Proceedings of International Conference on E-Product, E-Service, And E-Entertainment**, ICEEE'10, 2010, Henan, China.

MARQUESI, Ana Paula. **Gestão de Almoxarifado no Setor Público**. 2021. 28 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharel em Administração, Faculdade Fasipe Cuiabá, 2021.

MENDEL, Toby. **Liberdade de Informação: Um estudo de direito comparado**. 2. ed. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2009.

MOURA, Reinaldo Aparecido. **Manual de Logística – Armazenagem e Distribuição Física**. vol. 2, São Paulo: IMAM, 2017.

PAULA, Paula Nunes de. **Aprimoramento das Aquisições na Administração Pública: Um Estudo de Caso**. 2011. 114 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTA CATARINA, BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Portal da Transparência De Balneário Camboriú**. Disponível em: http://transparencia.bc.sc.gov.br/epublica-portal/#/balneario_camboriu/portal?entidade=817. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, BALNEÁRIO PIÇARRAS. **Portal da Transparência Da Câmara Municipal De Balneário Piçarras**. Disponível em: <https://camarabalneariopicarras.atende.net/transparencia/grupo/suprimentos#conteudo>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, BOMBINHAS. **Portal da Transparência De Bombinhas**. Disponível em: <https://bombinhas.atende.net/transparencia/grupo/suprimentos#conteudo>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, CAMBORIÚ. **Portal da Transparência de Camboriú**. Disponível em: <https://camboriu.atende.net/transparencia>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, ILHOTA. **Portal da Transparência de Ilhota**. Disponível em: <https://ilhota.govbr.cloud/pronimtb/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, ITAJAÍ. **Portal da Transparência de Itajaí**. Disponível em: <https://portaltransparencia.itajai.sc.gov.br/epublica-portal/#/itajai/portal?entidade=411>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, ITAPEMA. **Portal da Transparência de Itapema**. Disponível em: https://transparencia.betha.cloud/#/_NlbD-UWgqaGa807e2C8Q==. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, LUIZ ALVES. **Portal da Transparência de Luiz Alves**. Disponível em: <https://luizalves.atende.net/cidadao/pagina/transparencia#%21/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, NAVEGANTES. **Portal da Transparência de Navegantes**. Disponível em: <https://www.navegantes.sc.gov.br/portal-da-transparencia>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, PENHA. **Portal da Transparência da Câmara Municipal de Penha**. Disponível em: <https://camarapenha.atende.net/transparencia/grupo/suprimentos>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SANTA CATARINA, PORTO BELO. **Portal da Transparência de Porto Belo**. Disponível em: <https://portobelo.atende.net/transparencia/grupo/suprimentos>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SCHEIDEGGER, Anna Paula Galvão. **Sistematização do Processo de Reposição de Estoques no Setor Público: Pesquisa-Ação no Almoxarifado da Universidade Federal De Itajubá**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Ciências em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2014.

SILVA, Walber Alexandre de Oliveira e; BRUNI, Adriano Leal. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 2, p. 415-431, abr. 2019.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 146 p.

VAZ, José Carlos; LOTTA, Gabriela Spanghero. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, James Batista. **Transparência Pública e corrupção nos municípios brasileiros: o impacto do governo eletrônico**. Jus Navigandi, 17(32-26), 2012.

Recebido em: 01/07/2024

Aceito em: 13/08/2024